

Manifesto em defesa da Universidade Pública e Gratuita

O Ataque à Universidade Pública e Gratuita

A retórica oficial sobre a governabilidade e a continuidade do Plano Real coloca os direitos adquiridos pelo funcionalismo público como a causa das mazelas do país. Com o apoio dos meios de comunicação de massa, o governo procura o respaldo popular para um ataque massivo a esses direitos. Desta retórica, nem mesmo as Universidades Públicas Paulistas têm sido poupadas. Como não é possível descrevê-las como um antro do corporativismo ou da ineficiência, a acusação usual para os demais setores, por que não dar-lhes a pecha de “elitistas”? Segundo Editorial da Folha de São Paulo, em 07 de maio, o ensino universitário brasileiro é “perpetuador da iniquidade e do privilégio” e “serve às elites”.

Afirmações irresponsáveis como essa não são apenas produto da má fé. Têm o objetivo preciso de dissociar a população da Universidade, para promover um ataque rápido e concentrado ao nosso princípio básico: garantir um ensino público e gratuito de alta qualidade.

A má fé é evidente no “esquecimento” dos relevantes serviços prestados à população pelos hospitais universitários e por inúmeros outros programas desenvolvidos pela comunidade universitária. O objetivo desses serviços é sempre o

mesmo: procurar preservar um atendimento de qualidade à população de baixa renda, abandonada pelos governos federal e estadual.

Talvez seja a nossa insistência na qualidade e gratuidade dos serviços que prestamos à comunidade que incomode os nossos críticos. Sabe-se que a diretriz governamental para as políticas sociais é “baixo custo”, não imputado a sua qualidade.

Um Novo “Ajuste”?

Nos últimos doze meses, o índice IPC-FIPE indica uma inflação acumulada de 20,03% e o ICV-SP-DIEESE, 33,93%. A nossa data-base é maio, os salários dos docentes e funcionários da USP, UNICAMP e UNESP estão congelados há doze meses e não temos nenhuma oferta de reajuste por parte do CRUESP.

Os índices não captam as fortes mudanças nos preços relativos dos aluguéis, mensalidades escolares, planos de saúde e outros serviços de maneira geral. Dependendo da situação específica de cada docente, a sua inflação (a perda do poder aquisitivo de sua renda familiar) pode ter sido muito superior à inflação “oficial”. É justificada a sensação de “empobrecimento” que se generaliza entre nós.

Sempre é bom lembrar que a nossa meta de salário médio real é o de janeiro de 1989. Naquela data, como parte do acordo que envolveu a autonomia, os docentes das

Universidades Paulistas aceitaram não recuperar os salários pela inflação “cheia” do período anterior, em troca da promessa formal dos Reitores (reconhecida no ano passado nos boletins editados pela Reitoria da UNICAMP) em conservar o poder aquisitivo do novo salário. Em relação a esse padrão, o salário real dos últimos 12 meses foi pelo menos (deflacionando pelo IPC-FIPE) 17% menor do que o prometido. Isto significa que cada docente deixou de receber 2,21 salários (13 X 0,17) como contribuição ao “ajuste” dos orçamentos das três Universidades nos últimos doze meses.

No entanto, ao invés da recuperação salarial para os níveis acordados, o governo estadual quer nos impor um novo “ajuste”. O fator essencial no novo “ajuste” é a manifesta má vontade do governo do Estado com as Universidades. Causam preocupação as recentes declarações do Secretário da Fazenda, Yoshiaki Nakano, contrárias à autonomia financeira das Universidades e da FAPESP, e ao ensino público universitário gratuito. Ainda mais preocupante é a atitude do governador Mário Covas, que também não esconde seu desagrado com a autonomia financeira conquistada pelas Universidades e FAPESP. Em recente entrevista ao Jornal da UNESP (março de 1996), O governador Covas afirmou que as Universidades “abocanham” 9,57% do ICMS, dificultando a resolução dos problemas na educação primária. Culminando a entrevista, o governador Covas disse esperar que, em 1997, possa reduzir a verba a elas destinada (“.. acho que a universidade não vai precisar de mais dinheiro. Talvez nem mesmo do que recebe hoje”).

Em Defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade

A nossa resposta a esses ataques deve ser pronta e enérgica. O governador Covas fique ciente que não abrimos mão da autonomia financeira. O CRUESP, por sua vez, fique ciente que atingimos uma situação salarial insustentável.

A autonomia financeira é essencial para enfrentarmos juntos, estudantes, docentes e funcionários, a próxima ameaça que ronda a Universidade: a exigência do cumprimento da Lei Camata, que estabelece 60% como teto para a participação da folha de pagamentos nas receitas das autarquias. Não podemos aceitar um arrocho salarial inédito ou demissões em massa para satisfazer empreiteiros e fornecedores, os reais patrocinadores dessa Lei. A eficiência e a qualidade das Universidades Paulistas é assegurada por seus docentes e funcionários, e não apenas por novos prédios e equipamentos.

Por fim, fala-se em “privilégios” de docentes e funcionários, mas nenhuma palavra é dita sobre o fato notório que os docentes universitários recebem um salário muito inferior ao do “mercado” para pessoas com igual qualificação. A nossa resposta aos nossos detratores é simples e direta: não estamos na Universidade porque somos incompetentes, preguiçosos ou mercenários. Estamos na Universidade por um compromisso ético: entendemos educação como um bem público essencial à democracia, à igualdade e ao desenvolvimento pleno do Brasil. Oxalá nossos críticos também exibissem algum.